



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13094 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)  
 ISSN: 2447-2808  
 GT12 - Currículo

**MONITORAMENTO EDUCACIONAL: UMA DISPUTA DISCURSIVA POR HEGEMONIA**

Paula Eduarda das Dores de Souza Lima - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

### **MONITORAMENTO EDUCACIONAL: UMA DISPUTA DISCURSIVA POR HEGEMONIA**

**Resumo:** O presente texto encontra-se fundamentado em recorte de pesquisa em andamento, para escrita de tese de doutoramento em educação. Propomos uma leitura sobre o monitoramento da educação como projeto discursivo hegemônico no campo educacional. Buscamos empiricamente investigar o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) e o texto Planejando a próxima década: Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014b) para conhecer a concepção hegemônica enunciada sobre o monitoramento nos referidos textos políticos. Orientamos teórica e metodologicamente esta discussão com a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) e argumentamos que o monitoramento da educação tem se tornado um projeto discursivo hegemônico, graças à articulação de políticas que vislumbram uma educação dita de qualidade e a garantia ao direito de aprender dos estudantes.

**Palavras-chave:** Discurso. Monitoramento. Hegemonia.

#### **Introdução**

Produzindo uma multiplicidade de sentidos, as políticas curriculares, por vezes, são articuladas com diferentes discursos para que sejam repensadas tanto em termos de suas potencialidades quanto de seus limites. Essas articulações disputam no campo das significações, hegemonia para seus projetos e por meio dos discursos, aglutinam demandas consideradas urgentes e indispensáveis à educação brasileira.

As políticas curriculares fazem parte desse processo de articulação que envolve

demandas e abrange múltiplas influências, concepções e sujeitos.

Nessa perspectiva, esta discussão que está embasada na teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), propõe a leitura de uma dessas disputas que estão concorrendo no campo da discursividade através do monitoramento educacional que tem se apresentado junto com a avaliação, como um projeto hegemônico para a educação brasileira.

Empiricamente, analisamos dois textos políticos que direcionaram nosso estudo, o Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014a), e o texto Planejando a próxima década: Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014b).

O primeiro, por ser um instrumento de planejamento do Estado democrático de direito que tem a função de conduzir a efetivação e o aprimoramento de políticas públicas educacionais. Já o segundo, por compor o conjunto de publicações específicas do PNE.

Estruturamos o presente texto da seguinte maneira: a referida introdução que apresenta esta discussão; seguida da primeira seção que traz o levantamento da temática no debate acadêmico-científico. Já a segunda seção exibe os discursos que corroboram para que o monitoramento, no campo das significações, assuma hegemonia por meio de articulações discursiva de políticas endereçadas à educação, sobretudo, ao currículo escolar. Finalizamos com breves considerações sempre inconclusas e contingentes.

## **1. A discussão do monitoramento educacional no meio acadêmico-científico**

Na condição de pesquisadores do currículo, nos coube inicialmente, a indagação acerca do que o ato de monitorar tem a ver com a área educacional, e o que tem possibilitado no campo da educação a hegemonia do monitoramento.

Empregando o esforço de tentar compreender como o monitoramento se apresenta no campo acadêmico-científico, fizemos o movimento de realizar uma busca no Google Acadêmico utilizando a expressão “monitoramento da educação” num recorte temporal de 2017 a 2021. Como resultado, obtivemos um leque de trabalhos dentre os quais apenas um pouco mais de cem se aproximavam mais do objetivo pretendido na investigação.

Após a leitura do título, resumo e palavras-chave, apenas dezenove tiveram a leitura mais aprofundada com o acréscimo da introdução e considerações finais. Destes, somente um trazia a discussão sobre o monitoramento vinculado-o à avaliação externa. Dois trabalhos abordavam o monitoramento desassociado da educação. Três sequer faziam menção ao monitoramento e, os outros treze artigos restantes, apenas o citavam, pois a prevalência do debate apresentado privilegiava outras temáticas como avaliação, gestão e política de resultados.

Destacou-se o fato de todos artigos serem revisões bibliográficas, o que para nós, sinaliza algo importante, considerando o momento atual da nossa investigação. Partindo do

princípio de que a revisão bibliográfica consiste no trabalho de pesquisa científica que revisita discursos e posicionamentos de pesquisadores acerca de uma temática de forma resumida, sistemática e atualizada, entendemos ser esta, uma das partes mais importantes de um trabalho acadêmico, visto que esta etapa de revisão da literatura contribui bastante para a adoção do embasamento teórico adotado.

Dessa forma, fica evidenciado que nas referidas produções, o monitoramento da educação não assume destaque como temática indispensável para as discussões que envolvem os rumos da educação brasileira na atualidade, embora esteja enunciado nas políticas que norteiam a educação no Brasil.

Um ponto a ser destacado a partir do resultado explicitado é o retorno do qual necessário se torna a proposta aqui apresentada, uma vez que o monitoramento não tem sido privilegiado enquanto objeto de pesquisa, mesmo sendo considerado essencial para acompanhamento contínuo e cumprimento das metas do PNE.

## **2. Discursos hegemônicos sobre o monitoramento da educação**

A Lei nº 13.005/2014 que estabelece o PNE é fruto de debates entre diversos atores sociais e o poder público, e definiu objetivos e metas para o ensino no país em todos os níveis. Por ser uma lei viva, precisa ser observada e o “seu cumprimento é objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas” por instâncias que deverão assegurar sua implementação (BRASIL, 2014a, p. 9). Sua estrutura mais resumida e objetiva propicia esse processo.

O monitoramento da educação tem sido defendido como um olhar voltado para especificidades do processo educacional, capaz de trazer condições de entendimento de sua funcionalidade e relação com os resultados, por isso, está intrinsecamente relacionado com a avaliação. Objetiva garantir maior efetividade dos direitos dos estudantes e de ações, apreendendo as que são mais efetivas e as que menos podem proporcionar contribuições.

O Plano prevê como estratégia para o alcance da qualidade da educação básica, o “uso dos resultados de avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas” (Ibid, p.62).

Aos gestores e professores é dada a responsabilidade de monitorar e acompanhar os resultados das avaliações para implementar ações efetivas para qualidade da aprendizagem” (BRASIL, 2014b) É esperado que educação “seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais” (BRASIL, 2014a, p.66).

Entendemos com Laclau e Mouffe (2015) que os discursos de monitoramento concorrem no campo da discursividade com outros discursos disputando sentidos, alguns são

privilegiados em detrimento de outros. Logo, segundo os autores, o social deve ser percebido a partir da lógica do discurso, e por não serem fenômenos somente linguísticos, estão articulados com práticas e identidades, constituindo assim as relações sociais. O monitoramento então, se configura em uma política com consequências diretas para o currículo, para a escola e os sujeitos com ela envolvidos.

Para se firmarem hegemônicos, esses discursos se consolidam ao passo que uma particularidade assume um significado universal incomensurável consigo mesma. Nessas condições que uma particularidade logo passa a representar tantas outras agindo e falando por elas (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Com isso, tem sido possível dizer que o monitoramento vem se tornando um discurso hegemônico por aglutinar de forma precária, diferentes demandas que se relacionam diretamente com a qualidade e o direito à educação, disseminando um projeto discursivo comum, comprometido com o alcance de bons resultados.

### **Considerações Finais**

O monitoramento no campo educacional vem sendo reafirmado paulatinamente, como estratégia de observação e acompanhamento de forma sistêmica, regular e contínua avaliação do processo de implementação de políticas, diretrizes e planos educacionais (LÜCK, 2013). Por sua vez, os referidos planos devem ser comuns a todos, norteados e monitorados com foco na melhoria sucessiva de programas e práticas que contribuam para uma educação dita de qualidade.

Entendemos que monitorar e acompanhar o que vem sendo feito na educação torna-se necessário, visto que governos, organizações da sociedade civil, agências multilaterais, organizações internacionais, gestores e outros sujeitos precisam estar comprometidos e devem ser responsáveis com o que fazem e/ou se propõem a fazer. Porém, está em nosso horizonte, refletir sobre as condições que propiciam a disputa em torno do uso que se faz desse monitoramento que, por vezes, contribui para impedir que venham à tona outras formas de agir, de negociar e criar diferentes meios e possibilidades para os fins da educação.

Estamos diante de um encadeamento de metas, objetivos e estratégias que são sequenciados por uma diversidade de negociações discursivas que busca legitimidade (LACLAU; MOUFFE, 2015).

### **Referências**

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 jun. 2014a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino.

**Planejando a próxima década. Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação.** Brasília, DF: MEC, 2014b.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical.** Tradução de Joanildo Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, 2015.

LUCK, H. **Avaliação e monitoramento do trabalho educacional.** Ed. Petrópolis: Vozes, RJ. Série Cadernos de Gestão, vol.7, 2013.